



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

OS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO BRASIL E O OLHAR EUROCÊNTRICO

Vanessa Alves Margarejo

Elisangela Castedo Maria do Nascimento

RESUMO

O presente trabalho apresenta algumas considerações sobre a existência das desigualdades socioculturais da população indígena em relação à população brasileira, propõe-se tratar da invisibilidade desses grupos nativos, no que diz respeito à visão posta pelas instituições escolares, a respeito da distorção do contexto histórico. O objetivo da pesquisa foi perceber o olhar colonizador lançado sobre os povos indígenas e apontar a desconstrução dessa perspectiva, que não constam nos livros didáticos de história. Para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, foi realizado: levantamento bibliográfico baseado em autores que possuem uma visão crítica do processo de colonização eurocêntrica, tais como: Oliveira e Freire (2006); Bittencourt e Ladeira (2000); Guirau e Silva (2013); Sant'Ana (2004), Castro-Gomes (2005), entre outros autores. Nessa perspectiva percebemos a relevância de elaborarmos estudos sobre autores que estudam e escrevem sobre nossa história, uma vez que é de suma importância saber e repassar para novas gerações nossa história, enfatizando que somos povos com grupos étnicos de várias etnias e costumes diferentes, que fazemos parte do contexto histórico deste país e que somos originários (desta terra), que as vezes nos contos e livros parecemos nos olhares de pessoas não indígenas como seres selvagens que necessitam serem civilizados para poderem viver e pertencer a sociedade.

Palavras-Chave: Eurocentrismo, Etnia Terena, História.

ABSTRACT

The present work presents some considerations about the existence of the socio-cultural inequalities of the indigenous population in relation to the Brazilian population, it is proposed to deal with the invisibility of these native groups, regarding the vision posed by the school institutions, regarding the distortion of the historical context. The objective of the research was to perceive the colonizing gaze on indigenous peoples and to point out the deconstruction of this perspective, which is not included in the history textbooks. For the development of this qualitative research, it was carried out: a bibliographical survey based on authors who have a critical view of the process of Eurocentric colonization, such as: Oliveira and Freire (2006); Bittencourt and Ladeira (2000); Guirau e Silva (2013); Sant'Ana (2004), Castro-Gomes (2005), among other authors. From this perspective we perceive the relevance of elaborating studies on authors who study and write about our history, since it is of the utmost importance to know and pass on our history to new generations, emphasizing that we are people with





ethnic groups of different ethnicities and customs that we do part of the historical context of this country and that we are original (from this land), that sometimes in the stories and books we seem in the eyes of non-indigenous people as wild beings who need to be civilized to live and belong to society.

Keywords: Eurocentrism, Terena, History.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo que levou a realização deste trabalho foi o desejo de compreender melhor sobre nossa participação (povos indígenas) na história e desenvolvimento deste país, visando aprofundar o que pesquisamos e discutimos em uma disciplina de Educação Escolar Indígena, do curso de Pedagogia. Como os assuntos abordados em sala de aula não foram suficientes para obter um aprofundamento nesse assunto senti a necessidade de fazer um projeto de pesquisa. Outro motivo que me levou a escolher esse tema é o fato de ser indígena da etnia Terena e residir na cidade de Anastácio, meu pai é indígena da etnia Terena e residia com meus avós paternos e seus irmãos (meus tios) na aldeia Ypegue. Meus avós mudaram da aldeia para a cidade de Aquidauana-MS, o motivo da mudança se deu, segundo meu pai, em virtude de que meu avô (falecido no ano de 1993, quando eu tinha apenas 5 anos de idade), havia se desentendido com outro patrício, assim deixando meu pai para trás, que estava trabalhando numa fazenda vizinha da aldeia. Quando meu pai retornou para casa (na aldeia) descobriu que meus avós juntamente com seus irmãos tinham se mudado e para não ficar sozinho resolveu ir atrás deles, deixando para trás a casa fixa que eles residiam, para tentar a vida na cidade. Logo conheceu minha mãe não indígena, casou-se com ela e constituiu uma família formada por mim e meus dois irmãos. Nasci e fui criada na cidade, mais nos tempos de eleição de cacique e em virtude de ter muitos parentes e a antiga casa de meus avós na aldeia Ypegue, meu pai e meus tios reuniam as famílias íamos até a praça dos Estudantes para esperar o ônibus que levava todos nós para a aldeia. Hoje, moro na cidade de Anastácio, fui criada e educada pelo meu pai (não é falante da língua Terena, mais entende) e minha avó paterna indígena (que fala a língua Terena e a língua portuguesa), estudei e vivenciei muitas ideias equivocadas de pessoas tanto de minha escola (não indígena) como das conversas sociais de pessoas que tinham visões distorcidas sobre nós, confesso que teve momentos de minha infância, que tive vergonha de ser indígena, em virtude das questões que líamos em nossos livros e discussões feitas em sala de aula, tive muitas experiências preconceituosas, até cursar o ensino superior. Constatei muitas visões etnocêntricas de um projeto colonizador que vigora até nos livros didáticos.





Nesse sentido, acreditamos que compreender tais questões numa abordagem teórica crítica contribui com a reflexão sobre a história do país na tentativa de entender que, o que está posto nos livros didáticos é uma visão eurocêntrica, com intuito de espoliação, visto que “o colonizado aparece assim como o outro da razão, o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador. A maldade, a barbárie e a incontinência são marcas identitárias do colonizado, enquanto que a bondade, a civilização e a racionalidade são próprias do colonizador” (CASTRO-GOMES, 2005, p.91). Percebemos que o poder colonial dita regras na tentativa de civilizar o colonizado através de sua ocidentalização (CASTRO-GOMES, 2005).

Dessa forma, o trabalho teve como referencial teórico os autores: Oliveira e Freire (2006); Bittencourt e Ladeira (2000); Guirau e Silva (2013); Sant’Ana (2004), Castro Gomes (2005), entre outros autores. Primeiro discutimos a presença indígena e o olhar eurocêntrico com a trajetória Terena em território brasileiro. Também fizemos uma abordagem sintetizada sobre a demografia dos povos indígenas desde a colonização do Brasil até os dias atuais, o contexto histórico dos Terena e a migração dos mesmos para o estado sul mato-grossense.

Considerando que existe estudos elaborados e enraizados de conteúdos divergentes sobre os povos indígenas frente à história do Brasil, buscamos enfatizar a relevância dos estudos de historiadores sob um olhar diferenciado em relação ao contexto histórico de nosso país, enfatizando nós indígenas como povo pertencente do mesmo. Entendemos a relevância da nossa participação no processo histórico, na construção e na cultura brasileira, que muitas vezes passa despercebido, assim desejamos que esse trabalho possa contribuir com aprendizado sobre nossa história e cultura como parte desse estado e desse país.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL: PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

No Brasil, ao contrário do que se diz nos livros, antes da “invasão” feita pelos portugueses, já existiam os povos indígenas, de diversas etnias e culturas. De acordo com Oliveira e Freire (2006), os indígenas foram obrigados a ajudar no processo de acomodação dos invasores, uma vez que muitos foram escravizados enquanto outros faziam negociações para não perderem o lugar onde viviam. A colonização do Brasil só foi possível com a ajuda dos povos que aqui habitavam, pois, o ambiente era totalmente desconhecido, com florestas de matas densas não tendo a menor chance em avançar terreno adentro e sobreviver sem que os indígenas os auxiliassem nessa tarefa.





Nas opiniões de Oliveira e Freire (2006), as histórias foram contraditórias, descaracterizadas, com visões etnocêntricas a respeito do modo como aqueles grupos viviam antes do período colonial. “A descoberta aparece como um feliz e casual desvio de rota e o encontro com os indígenas vem descrito como integrado por surpresa e estupor”. (OLIVEIRA e FREIRE 2006, p.17). Os europeus se enxergavam como superiores e aos nativos como seres não civilizados e por este entre outros motivos, tentaram mudar seus hábitos para poderem viverem em sociedade.

Contrapondo-se a esses olhares, Oliveira e Freire (2006) levantaram e registraram a visão indígena a respeito do descobrimento do Brasil. Descobriram uma história muito diferente da história registrada nos livros didáticos adotados na educação brasileira, onde indígenas eram vistos como seres não civilizados. O termo “não civilizado” foi utilizado pelos europeus para justificar a catequização feita pelos jesuítas. Nesse processo de “civilização”, os indígenas na verdade foram aculturados, dissipados de costumes, línguas, e crenças, para que dessa maneira eles aprendessem a cultura dos recém-chegados.

Os autores também destacam a relevância dos relatos sobre a chegada dos europeus como uma forma de entender que o Brasil não era um lugar sem qualquer vestígio de habitantes, pelo contrário, aqui existia uma população imensa, com modos de vida totalmente diferentes de qualquer outra nação. Os europeus desconheciam os modos, costumes, a maneira como se comunicavam, a dança, a música, entre outros elementos culturais, da cultura indígena. Nesse sentido, Oliveira e Freire (2006), destacam a carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, como relato sobre os primeiros contatos com a população indígena:

A primeira descrição da terra e de seus habitantes, realizada pelo escrivão Pero Vaz de Caminha em 1500, enfocou os índios de forma positiva, “comparando-os, velada ou abertamente, aos habitantes do Jardim do Éden” (BETTENCOURT, 1992, p. 41 apud OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p.25).

De acordo com Oliveira e Freire (2006, p.28), mostra o olhar dos europeus: “As diferenças e costumes diante dos europeus eram enfatizadas, sendo ressaltadas, as práticas tidas como bárbaras, como a antropofagia”. Os indígenas eram vistos como animais, os quais não poderiam viver em sociedade. Foi imposta a civilização do não indígena com crenças e costumes que naquela época tinha característica de cunho religioso. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, os indígenas foram descritos com o olhar do romantismo, sendo caracterizados em pinturas, músicas e poesias, como povos selvagens que se diferia de grupos sociais, os quais necessitavam de certo aperfeiçoamento, uma modelagem para serem encaixados e vistos como pertencente de uma sociedade. Também são citados autores de obras literárias, com um olhar diferenciado, enfocando esses povos como seres que viviam em liberdade, capazes de construir seu próprio meio de subsistência.





[...] tais observações foram registros que posteriormente se tornaram objeto de estudo para cientistas, ao mesmo tempo em que possibilitavam ao público leigo fortalecer impressões de senso comum próprias à época do Romantismo. [...] Se o índio real era discriminado, cabia aos dirigentes políticos apropriarem-se da imagem do “bom selvagem” que continuava a ser difundida pelo Romantismo europeu, encontrando sua expressão brasileira no “indianismo literário” (OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p. 94-95).

A imagem do indígena que ainda aparece nos livros de história como um ser sem vestimenta, com o corpo todo pintado, armado com arco e flecha, entre outros acessórios que consideram fazerem parte das caracterizações do “ser indígena”. Esse modelo de indígena visto pela sociedade não indígena tem a escola como contribuinte, visto que se trabalha desde a Educação infantil um contexto totalmente voltado ao passado, da época da colonização, no dia 19 de abril, data em que é comemorado o Dia do Índio. Outro problema é a generalização dos grupos étnicos, uma vez que não são identificadas as nossas diferenças étnicas. “O que permanece no senso comum são, na verdade, muitas ideias equivocadas que ainda continuam sendo veiculadas por meio dos livros didáticos, ou pela escola, ou ainda pela mídia a respeito destes povos” (MUSSI, URQUIZA e VARGAS, 2010, p. 29).

Mussi, Urquiza e Vargas (2010), mostram o contraste da visão não indígena mostrada nos livros, e a visão indígena por meio de histórias contadas sobre o que ocorreu no período colonial, no contato do europeu com o índio. A população indígena foi nomeada com diversos nomes (nativos, ameríndios, índio), pelos europeus, vários grupos étnicos também deram nomes diversificados aos colonizadores como, por exemplo, nós da etnia Terena da região sul-mato-grossense os chamamos de purutuye, que significa branco. Dessa maneira, os autores vêm exemplificando as concepções que os europeus e a população indígena tinham uns dos outros.

Mussi, Urquiza e Vargas (2010), comparam os textos do autor literário Mário de Andrade e José de Alencar, com textos literários elaborados pelos povos indígenas na tentativa de entender as visões construídas sobre a criação do homem. Os autores ressaltam as histórias contadas por nós indígenas numa perspectiva mítica, ou seja, nós utilizamos de relatos orais em uma roda de conversa contando a história de nossas origens, mostrando na prática cotidianamente a maneira como se deve viver e assim mediando a educação para as crianças, enquanto os não indígenas, se utilizam de vários recursos considerados tecnológicos, como por exemplo, os documentos transcritos por pesquisadores que tentam recontar o surgimento da humanidade.

As idealizações sobre nós, baseadas em senso comum, até hoje estão impregnadas nas histórias contadas e escritas por autores que nos caracterizavam como seres com necessidade de adaptação a outra cultura para vivermos e pertencermos a essa nação. Temos um país onde há uma diversidade imensa de povos descendentes de portugueses, espanhóis, paraguaios,





africanos, indígenas, entre outros que trouxeram uma grande contribuição para a cultura e história brasileira, devendo-se incluir a perspectiva desses outros sujeitos históricos.

3 A TRAGETÓRIA DA POPULAÇÃO INDÍGENA DA ETNIA TERENA NA CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE

Sabe-se que desde a colonização do Brasil, até os dias atuais existem várias estimativas feitas por muitos historiadores e estudiosos sobre os diferentes grupos de povos aqui existentes antes e depois da chegada dos europeus.

As estimativas das populações indígenas que habitavam o Brasil na época da colonização foram calculadas por historiadores de acordo com a localização em que se encontravam. Cada historiador possui uma previsão diferente, como afirmam Oliveira e Freire (2006, p. 22):

Há várias estimativas sobre o montante da população indígena à época da conquista, tendo cada autor adotado um método próprio de cálculo (área ocupada por aldeia, densidade da população etc.). Julian Steward, no *Handbook of South American Indians* calculou em 1.500.000 os índios que habitavam no Brasil (Steward, 1949). William Denevan projetou a existência de quase 5.000.000 de índios na Amazônia (Bethell, 1998: 130-131), sendo reduzida posteriormente essa projeção para cerca de 3.600.000 (HEMMING, 1978).

Os autores citam vários historiadores e especialista em demografia histórica que discordam entre si em relação à quantidade de população indígena existente, dessa maneira, não cabe aqui apontar ou dizer que uma dessas estimativas seria a que mais se aproxima do número de habitantes no Brasil antes de sua colonização, sem o devido aprofundamento.

Esse número varia entre os antropólogos. Atualmente essas estimativas vêm sendo calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010 o IBGE fez um levantamento demográfico da população indígena no Brasil, com novos quesitos que tentam identificar esses povos, segundo as autoras Guirau e Silva (2013, p. 7-8):

O censo 2010 dedicou-se em superar as lacunas deixadas pelos censos passados. A autodeclaração continuou como critério de classificação, contudo, a ele foi acrescido outros como o pertencimento étnico, o idioma/língua falada e a localização geográfica. Assim, o censo IBGE 2010 aponta para um Brasil de 896,9 mil indígenas pertencentes a 305 etnias e falantes de 274 línguas e/ou dialetos diferentes. Representam, hoje, 0,47% da população total do país.

Para Bittenourt e Ladeira (2000), o número de indígenas vem aumentando em população no país. Em relação à identidade, mais especificamente da etnia Terena, não se encontram muitos registros dos não indígenas, mas há memórias-mito de criação indígenas sobre nossa origem.

Não existem registros sobre a origem da nossa história (dos Terena), logo é entendido que essa etnia surgiu de outros grupos, os quais também não se sabe a origem de seu tempo existente (BITTENCOURT E LADEIRA, 2000). No decorrer dos anos, segundo as autoras,





os historiadores foram desenvolvendo estudos aprofundados sobre a nossa origem e concluíram que nós surgimos da família Aruák (um dos primeiros povos a ter contato com os europeus), assim como outros grupos indígenas espalhados em todo o território brasileiro. Dos Aruák, nós herdamos a língua materna, que com o passar dos anos foi se transformando à medida que entramos em contato com outros grupos, surgindo assim nossa própria língua materna, identificada como língua Terena. A maioria dos Terena encontram-se às margens do rio Aquidauana e Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul - (MS), e um pequeno grupo se deslocou para o Estado de São Paulo (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000).

Há três momentos que são caracterizados como relevantes no contexto histórico dos Terena, a migração dos mesmos que vieram do Êxiva pelo rio Paraguai para MS, a guerra do Paraguai e a delimitação das Reservas Terena. A construção da identidade Terena, foi marcada por estágios de crescimento ocorridos por meio de lutas. Para melhor compreensão as autoras seguem exemplificando cada um desses momentos, no sentido de nos fazer entender a relevância do contexto histórico desse grupo em relação as modificações na vida e o aculturamento, que ocorreram no contato, que os levou a mudar o modo de sobrevivência (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000).

Os séculos XVII, XVIII e XIX, foram marcantes para nossa história, pois uma série de fatores ocorreram e ocasionaram mudanças de alguns costumes, que no contato com outro modo de vida foram se transformando em novas formas de viver (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000).

Ao compreender que a cultura se transforma com as relações vivenciadas e trocadas entre grupos sociais, pode-se entender como nós Terena fomos transformando nossa cultura e adquirindo novos hábitos, mas, ainda mantemos alguns hábitos de nossos ancestrais. As modificações e transformações são indispensáveis para melhorar a qualidade de vida, na medida em que as veem necessárias. Nesse sentido, as autoras Bittencourt e Ladeira (2000, p.39), enfatizam que “A presença dos brancos provocou muitas mudanças na vida dos índios”.

Sant’Ana (2004), também descreve sobre o processo de mudança da cultura tradicional Terena, no contato com diferentes grupos sociais. A autora enfatiza em sua pesquisa o contexto social vivenciado pelos Terena aldeados, o modo como eles viviam com seus familiares, por exemplo, em uma mesma casa convivem com seus filhos, netos, genros, entre outros membros da família, onde os mesmos em trabalho coletivo, tiravam o sustento da família de sua própria terra com o plantio de alimentos, mandioca, feijão, entre outros subsídios para sua subsistência. Esse costume fora ameaçado em virtude do pouco território deixado para nós indígenas após a Guerra do Paraguai.

É sabido que, durante a guerra do Paraguai, houve uma expressiva participação indígena, ora na frente de batalha, ora assegurando as fronteiras do Brasil, ora





fornecendo alimentos às tropas brasileiras, ora servindo de espiã e guia. Mas raramente encontramos nos escritos dos pesquisadores sobre o tema a presença dessa população nativa da região (SEBASTIÃO, 2016, p.94)

Nessa guerra os patrícios foram fundamentais no processo de reconquista das terras de MS ludibriados com falsa promessa de que teríamos nosso território de volta após a guerra, o que não ocorreu. Em virtude disso, tiveram que procurar outros meios de sobrevivência, como trabalhar nas fazendas pela região sul-mato-grossense na lida com a agricultura e pecuária, entre outros serviços (SANT'ANA, 2004).

Em 1889, o Brasil se torna uma república e a primeira medida do governo republicano foi ampliar a construção das estradas de ferro e linhas telegráficas, para melhorar e facilitar o acesso do interior do país ao litoral. Foi instalada a Comissão Construtora das Linhas Telegráficas, chefiada por Rondon, que tinha o objetivo de ligar Cuiabá com as fronteiras com a Bolívia e Paraguai. (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000). Os Terena aceitaram trabalhar na construção das linhas telegráficas com a promessa de demarcação do seu território como mostra o relato:

Quando o finado Marechal Rondon passou por aqui, meu tio mais velho foi com ele. Meu tio se chamava José Henrique. E tinha outro tio meu que acompanhou o Marechal Rondon quando ele passou na terra de Cachoeirinha. Ele se chamava José Marques e era cozinheiro lá onde eles acampavam. Eles passavam na região de Cáceres, Barra dos Bugres, pra lá de Cuiabá, onde meu tio passou acompanhando a medição de terra. Esse era o serviço de meu tio. Rondon gostava muito de andar com José Henrique, meu tio mais velho, porque ele trabalhava muito bem. (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000 p. 81).

Na sua caminhada em direção à construção das linhas telegráficas, Rondon presenciou uma população indígena fragilizada, necessitada de trabalho para sobrevivência, presas fáceis à submissão em sua obra.

Segundo Sant'Ana (2004, p. 23)

[...] os Terena expandiram-se pelas fazendas que estavam surgindo (não raro absorvidos como mão-de-obra cativa) e por outros territórios sul-mato-grossenses [...]. Essa situação perdurou até 1904, momento em que o Marechal Cândido Rondon passava pelas terras do MS construindo as linhas telegráficas. Na época Rondon constatou as dificuldades enfrentadas pela comunidade Terena e, através de sua intervenção nas câmaras municipais, algumas reservas foram criadas e muitos indígenas foram libertos da situação em que se encontravam.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi criado em 1910, não em função da consciência do governo brasileiro em garantir os direitos indígenas, mas em função da repercussão internacional, dos fatos polêmicos em torno da questão indígena, o que trouxe um certo desconforto para o Brasil perante os países mais desenvolvidos. A política do SPI visava à integração do indígena à sociedade nacional descaracterizando-o, aculturando-o (SANT'ANA, 2004).





4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que para vivermos num meio social, meio este diferente do nosso contexto sociocultural, necessitamos adaptarmos a certas ditas regras sociais, como comunicação oral e escrita, uma vez que foram tiradas de nós nossa língua e costumes. Dessa maneira, ressalto a educação como um dos fatores desse processo de hibridização dos modos de viver de cada grupo social. Em virtude da educação ocidental que recebi e de experiências obtidas nos estágios do curso de Pedagogia, percebi e constatei a falta de materiais nas instituições de ensino, que abordem a história sobre nossas origens indígenas, sobre a participação dos indígenas na construção dessa nação chamada Brasil. Neste mesmo pensamento, acrescento minha história de vida como indígena da etnia Terena que tive como raiz pertencimento a aldeia Ypegue por meu pai e meus avós paternos, que residiam na aldeia, que segundo meu pai, por virtude de meu avô ter uma desavença com outro patrício, eles se mudaram para a cidade de Aquidauana-MS.

Dessa maneira eu e meus dois irmãos nascemos, crescemos e fomos criados em uma sociedade totalmente diferente do contexto social de nosso grupo étnico. Neste sentido, fomos criados sem saber direito a que grupo social pertencíamos, foi doloroso, pois na escola éramos chamados de pé vermelho ou bugre (na tradução social, significa pessoa preguiçosa, etc), palavras pesadas, que nos caracterizava como pessoas sem pertencimento sociocultural.

A partir do momento que comecei a estudar no curso de graduação, na disciplina de Educação Escolar Indígena, destrinchando todo o processo histórico da “invasão” do Brasil, percebi que nós indígenas enquanto grupo social, pertencemos e temos nosso grupo étnico, que nos caracteriza como grupo possuidor de nossa própria cultura e assim refleti meu exemplo de vida.

Nessa perspectiva percebi a relevância de elaborarmos estudos sobre autores que estudam e escrevem sobre nossa história, uma vez que é de suma importância saber e repassar para novas gerações nossa história, enfatizando que somos povos de várias etnias e costumes diferentes, que fazemos parte do contexto histórico deste país e que somos originários (desta terra), temos a nossa cultura e a nossa forma de viver e isso deve ser respeitado, diferentemente do que é contado nos livros de histórias disseminando e enfatizando um olhar preconceituoso nas escolas.





REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. A Presença Indígena na Formação do Brasil. OLIVEIRA, João Pacheco, FREIRE, Augusto da Rocha. MEC.LACED/Museu Nacional, 2006, p.17-95. > Disponível em www.dominiopublico.gov.br

BRASIL. Ministério da Educação. **A história do povo Terena**. BITTENCOURT, Circe Maria. LADEIRA, Maria Elisa. MEC, 2000, p. 20-25.

CASTRO-GOMES, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro in A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas.

CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**; Buenos Aires Lugar, 2005.

GUIRAU, Kárine Michele. SILVA, Carolina Rocha. **Povos Indígenas no espaço urbano e políticas públicas**. 2013, p.7-8. Disponível em www.fclar.unesp.br. Acesso em 15 mai. 2018.

MUSSI, Vanderleia, P. L., URQUIZA, Antônio H. Aguirela, VARGAS, Vera Lúcia F. Cultura e História dos Povos Indígenas. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância. Módulo 3, **Reconhecendo Preconceitos sobre os Povos Indígenas**. Campo Grande – MS, 2010, p. 19-42.

SANT'ANA, Graziela Reis de. **Uma Análise do Processo Migratório dos Índios Terena para o Perímetro Urbano**. 2004, p. 19-23. >Disponível em www2.marilia.unesp.br > Capa > v. 4, n. 1 (2004) >

SEBASTIÃO, Lili, Lindomar. **A diáspora Guaná (Terena) no pós-guerra da tríplice aliança e os reflexos em seus territórios no estado de Mato Grosso do Sul**. Tellus, Campo Grande, MS, 2016, p. 94. > Disponível em <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i30.380>

